

HABEAS CORPUS Nº 514.083 - PA (2019/0161909-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JONAS CANDIDO DA SILVA
ADVOGADO : JONAS CANDIDO DA SILVA - MT016552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : ODAIR JOSE PRINS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FURTO À AGÊNCIA BANCÁRIA. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO FEITO. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ODAIR JOSÉ PRINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará proferido no HC n.º 0803386-77.2019.8.14.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 10/03/2019, pois supostamente praticou a conduta tipificada no art. 155, §§ 1.º e 4.º, incisos I e IV, do Código Penal, quando, em concurso com outro indivíduo, mediante arrombamento e durante o período noturno, tentou furtar uma agência bancária. A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, o qual denegou a ordem.

No presente *writ*, o Impetrante sustenta ilegalidade decorrente da ausência da audiência de custódia. Aduz que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva, "*sendo certo que o crime apontado na denúncia não seria tão repulsivo por não ter qualquer tipo de violência, é igualmente verdadeiro que a segregação cautelar não pode, e não deve ser utilizada pelo Poder Público, como instrumento de punição antecipada daquele a quem se imputou a prática do delito*" (fl. 17). Argumenta que, em uma eventual condenação do Paciente, deve ser fixado como "*regime inicial de cumprimento da pena o aberto por ser o que mais se adequa ao ordenamento pátrio às condições do Recorrente e ao próprio caso em exame*" (fl. 22).

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedido ao Paciente o benefício

de aguardar o processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, não é possível apreciar o aduzido constrangimento ilegal, pois a petição inicial veio desacompanhada do **inteiro teor** do acórdão ora impugnado.

Como se sabe, compete à Parte Impetrante a correta e completa instrução do remédio constitucional do *habeas corpus*, bem como narrar adequadamente a situação fática.

Nesse sentido, o entendimento da Suprema Corte:

"[...]

I – Constitui ônus processual do impetrante do habeas corpus produzir elementos documentais consistentes e pré-constituídos, destinados a comprovar as alegações veiculadas no writ, o qual possui rito sumaríssimo e não comporta, portanto, maior dilação probatória.

[...]

VII – Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem." (HC 137315, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-028 DIVULG 10-02-2017 PUBLIC 13-02-2017; sem grifos no original.)

Do Superior Tribunal de Justiça, destaco:

"[...]

1. O habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído.

[...]" (HC 445.031/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora